



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

### P R O V A

### Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**Atenção:** As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

### ***Ganhamos a guerra, não a paz***

*Os físicos se encontram numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel. Ele inventou o mais poderoso explosivo jamais conhecido até sua época, um meio de destruição por excelência. Para reparar isso, para aplacar sua consciência humana, instituiu seus prêmios à promoção da paz e às realizações pacíficas. Hoje<sup>(\*)</sup>, os físicos que participaram da fabricação da mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos sentem-se atormentados por igual sentimento de responsabilidade, para não dizer culpa. E não podemos desistir de advertir e de voltar a advertir, não podemos e não devemos relaxar em nossos esforços para despertar nas nações do mundo, e especialmente nos seus governos, a consciência do inominável desastre que eles certamente irão provocar, a menos que mudem sua atitude em relação uns aos outros e em relação à tarefa de moldar o futuro.*

*Ajudamos a criar essa nova arma, no intuito de impedir que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós, o que, dada a mentalidade dos nazistas, teria significado uma inconcebível destruição e escravização do resto do mundo. Entregamos essa arma nas mãos dos povos norte-americano e britânico, vendo neles fiéis depositários de toda a humanidade, que lutavam pela paz e pela liberdade. Até agora, porém, não conseguimos ver nenhuma garantia das liberdades que foram prometidas às nações no Pacto do Atlântico. Ganhamos a guerra, não a paz. As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas quanto aos acordos de paz. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre do medo, mas, na verdade, o medo aumentou enormemente desde o fim da guerra. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre da penúria, mas grandes partes dele se defrontam com a fome, enquanto outras vivem na abundância. (...)*

*Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos. Do contrário, a civilização humana estará condenada.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994)

(\*) Este texto foi escrito em 1945, logo depois do fim da II Guerra Mundial.

1. Ao escrever esse texto, o grande físico Albert Einstein preocupou-se sobretudo em formular uma grave advertência contra

- (A) a pacificação do mundo por meio da ação de governos totalitários.
- (B) a perigosa instabilidade gerada pelo Pacto do Atlântico.
- (C) o novo potencial belicoso da situação de pós-guerra.
- (D) o poder de devastação representado pelo invento de Alfred Nobel.
- (E) o espírito do armistício assinado pelas grandes potências.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A criação e a entrega da *mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos* aos norte-americanos e britânicos se deram em meio a uma perigosa e disputada corrida armamentista.
- II. Einstein mostra-se insatisfeito quanto aos termos em que se configurou o Pacto do Atlântico, um acordo em si mesmo tímido e incapaz de gerar bons resultados.
- III. Einstein inclui-se entre os responsáveis pelo término da guerra e pela derrota dos nazistas, mas declina de qualquer responsabilidade quanto a uma futura utilização da nova e devastadora arma.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>3. A atitude de vigilância, para a qual Einstein convoca a todos nesse texto, deve materializar-se, conforme deseja o grande físico,</p> <p>(A) numa advertência contra os preocupantes riscos representados pela iminente reorganização dos nazistas.</p> <p>(B) na conscientização dos vitoriosos quanto à necessidade de se entenderem e de assumirem suas responsabilidades diante do futuro.</p> <p>(C) no cumprimento das exigências feitas pelos cientistas quando se propuseram a elaborar as condições do Pacto do Atlântico.</p> <p>(D) na manutenção das auspiciosas condições políticas do pós-guerra, marcadas pela derrota dos nazistas.</p> <p>(E) na constituição de um novo tratado que, indo de encontro ao Pacto do Atlântico, represente um esforço de real pacificação.</p>	<p>7. Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Einstein não deseja que se acusem os físicos de se omitirem quanto às suas responsabilidades depois da guerra, para cujo fim deram importante contribuição.</p> <p>(B) A todos aqueles que ajudaram a criar a nova e terrível arma devem-se responsabilizar por toda e qualquer omissão diante da construção do futuro da humanidade.</p> <p>(C) Não cabem aos físicos, de fato, tomar as medidas que redundem no efetivo controle da utilização da nova arma, o que não significa que eles devam se omitir sobre o assunto.</p> <p>(D) Se a quaisquer dos físicos fossem permitido tomar decisões quanto à utilização da nova arma, provavelmente haveria nelas mais sensatez do que nas dos políticos.</p> <p>(E) Não se impute aos físicos todas as responsabilidades por alguma desastrosa utilização da nova arma, pois não pertencem a eles as iniciativas políticas.</p>
<p>4. Quanto à sua construção interna, as frases <i>Ganhamos a guerra, não a paz</i> e <i>As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas</i> têm em comum</p> <p>(A) um jogo entre alternativas.</p> <p>(B) uma relação de causa e efeito.</p> <p>(C) a formulação de uma condicionalidade.</p> <p>(D) a articulação de uma hipótese.</p> <p>(E) a exploração de antíteses.</p>	<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós</i>, a forma verbal resultante deverá ser</p> <p>(A) tivessem obtido.</p> <p>(B) seria obtida.</p> <p>(C) fosse obtida.</p> <p>(D) viessem a obter.</p> <p>(E) teria sido obtida.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel</i> = em atitude inteiramente similar à de Alfred Nobel.</p> <p>(B) <i>para aplacar sua consciência humana</i> = para obliterar seu juízo sobre a humanidade.</p> <p>(C) <i>dada a mentalidade dos nazistas</i> = em que pese a consciência dos nazistas.</p> <p>(D) <i>vendo neles fiéis depositários</i> = reconhecendo-os como confiáveis guardiões.</p> <p>(E) <i>consciência do inominável desastre</i> = concepção inevitável da tragédia.</p>	<p>9. Estando <b>inadequado</b> o emprego da expressão sublinhada, a frase será <b>corrigida</b> por meio da substituição dessa expressão pela que vem entre parênteses, em:</p> <p>(A) As liberdades <u>em cujas</u> os cientistas devem se empenhar dizem respeito ao modelo da vida democrática. (<b>das quais</b>)</p> <p>(B) Os povos <u>a cujos</u> se confiou a missão crucial de utilizar politicamente o potencial da nova arma foram os britânicos e os norte-americanos. (<b>nos quais</b>)</p> <p>(C) A instituição <u>na qual</u> criação Alfred Nobel pretendeu aplacar sua consciência premia, até hoje, aqueles que se destacam na luta pela paz. (<b>pela qual</b>)</p> <p>(D) As promessas do Pacto do Atlântico, <u>com cujas</u> se pretendia tranquilizar o mundo, deixaram de ser cumpridas pelos signatários. (<b>com as quais</b>)</p> <p>(E) Os novos desastres <u>a quem</u> Einstein temia que a humanidade viesse a se submeter permaneceram incubados no período da Guerra Fria. (<b>a cujos</b>)</p>
<p>6. <i>Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos.</i></p> <p>Observa-se que na construção do período acima, se empregou o verbo</p> <p>(A) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>criar</b>.</p> <p>(B) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p> <p>(C) <b>motivar</b> como auxiliar de <b>prevalecer</b>.</p> <p>(D) <b>criar</b> como auxiliar do verbo <b>poder</b>.</p> <p>(E) <b>poder</b> como auxiliar do verbo <b>prevalecer</b>.</p>	

<p>10. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A dissuasão do inimigo poderoso, do qual se teme a força da obsessão irracional, pode ocorrer por meio de uma arma de potência inescdível.</p> <p>(B) Se as armas não discriminam suas vítimas, não há por que não possam voltar-se contra os que as manejem, alheias aos supostos privilégios de quem as aciona.</p> <p>(C) A cisânia imposta pelos nazistas aqueles que não foram exterminados está na raiz de alguns conflitos que até hoje prevalecem no Oriente Médio.</p> <p>(D) Em textos sucintos, Einstein promoveu a discussão de temas melindrosos, condenando a todos os que infringem as normas democráticas.</p> <p>(E) Einstein admitia dissenções em discussões científicas, mas era intransigente quanto aos valores éticos que devem nortear nossa vida.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.</p> <p><i>Durante a travessia do rio, os romeiros temeram que o barquinho não suportasse a força da correnteza e acabasse virando. Começaram a rezar com fé e entusiasmo, mas por precaução evitavam o mínimo movimento do corpo. Deus ajuda, mas não convém facilitar.</i></p> <p>13. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte versão do texto:</p> <p>(A) Já que começaram a rezar com fé e entusiasmo, os romeiros evitavam o mínimo movimento do corpo, conquanto temessem que o barquinho virasse ao não suportar a força da correnteza do rio. Não convém facilitar, se Deus ajuda.</p> <p>(B) Temendo que o barquinho não suportasse a força da correnteza do rio que estavam atravessando, os romeiros evitavam qualquer movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo. Sim, Deus ajuda, mas é preciso colaborar.</p> <p>(C) Os romeiros começaram a rezar com fé e entusiasmo, sendo que precavidamente evitavam o mínimo movimento do corpo ao atravessar o rio, cuja a correnteza temiam de que o barquinho não suportasse. Quando vem ajuda de Deus, convém não facilitá-la.</p> <p>(D) Muito embora evitassem o mínimo movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo, os romeiros preocupavam-se de que o barquinho não fosse resistindo à força da correnteza do rio. Ainda que Deus ajude, nem por isso tudo é fácil.</p> <p>(E) O mínimo movimento do corpo era evitado pelos romeiros, ao passo que começaram a rezar com fé e entusiasmo em vista de que o barquinho não suportaria a força da correnteza do rio.</p>
<p>11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não é incomum que muitos cientistas venham se arrepender de haverem criado um artefato que o uso arbitrário acarreta malefícios, quando a intenção era oposta.</p> <p>(B) Einstein não tem dúvida quanto aos efeitos catastróficos de que os alemães tivessem acessado antes à tecnologia que os levassem à criação de uma arma tão fatídica.</p> <p>(C) Einstein, invocando o nome de Alfred Nobel, mostra compreender como são preocupantes os efeitos que podem advir da utilização de uma nova e poderosa arma.</p> <p>(D) A alternativa entre a construção de um futuro positivo e a destruição da civilização humana incluem-se naqueles que prefeririam nem pensar nela como uma realidade.</p> <p>(E) O que o título do texto conota é que se torna por vezes mais fácil de ganhar a guerra do que de alcançar a paz, pois nesta depende de que se supere a simples visão bélica.</p>	
<p>12. <i>Ajudamos a criar essa nova arma no intuito de impedir que os inimigos tivessem acesso antes de nós a essa nova arma.</i></p> <p>Valendo-se do emprego de pronomes, estará correta a seguinte reconstrução da frase acima:</p> <p>(A) Ajudamos a criar-lhe no intuito de impedir eles de acessarem antes de nós essa nova arma.</p> <p>(B) Ajudamos a criá-la no intuito de lhes impedir o acesso dos inimigos a essa nova arma antes de nós.</p> <p>(C) Ajudamo-la a criar no intuito de impedir-lhes que eles tivessem acesso à ela antes de nós.</p> <p>(D) Ajudamos a criá-la no intuito de impedir que eles tivessem acesso a ela antes de nós.</p> <p>(E) Ajudamos a criá-la no intuito de os impedir de acessar-lhe antes de nós.</p>	<p>14. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Os romeiros temendo que o barquinho não suportasse a correnteza, que era forte naquele trecho do rio passaram a rezar, evitando de qualquer modo o mínimo movimento do corpo.</p> <p>(B) Se é certo que Deus ajuda – pensavam os romeiros, não custa facilitar as coisas para Ele, razão por que buscavam: não fazer o mínimo movimento – enquanto atravessam o rio de forte correnteza.</p> <p>(C) Um ato de fé – como o daqueles romeiros atravessando o rio de forte correnteza – não dispensa em todo caso, que se tomem providências facilitando-se assim, as coisas, para a Providência divina.</p> <p>(D) Entre o temor e a fé, dividiam-se os romeiros, pois a confiança na Providência divina não os eximia de se comportarem, com muita cautela, enquanto estavam na perigosa correnteza do rio.</p> <p>(E) Nem mesmo a fé em Deus dispensou os romeiros, preocupados que estavam com a força da correnteza do rio, de tomar providências práticas para que o barquinho, em sua fragilidade, não viesse a naufragar.</p>

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá se flexionar numa forma do <b>plural</b> para preencher adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Ao percalço que ..... (<b>haver</b>) de enfrentar, responderam os romeiros com um ato de fé.</p> <p>(B) Aos romeiros não ..... (<b>convir</b>) dificultar as coisas para a Providência divina.</p> <p>(C) Tem gente que só diante dos grandes perigos é que ..... (<b>persignar-se</b>).</p> <p>(D) Aqueles a quem não ..... (<b>mover</b>) a fé abalam-se pelo temor.</p> <p>(E) Não ..... (<b>queixar-se</b>) das águas fortes quem as cruza com fé maior.</p>	<p>18. Considere as frases abaixo:</p> <p>I. De que você se queixe, eu aceito; só não admito de que você não busque superar sua dor.</p> <p>II. A fraqueza de que ele mais acusa em si mesmo é aquela de que muitos de nós não nos conformamos: a covardia.</p> <p>III. A suspeição de que sua doença seja grave só fez crescer o temor de que tenhamos sido injustos com o nosso amigo.</p> <p>O emprego da expressão <b>de que</b> está plenamente adequado APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>16. Estão corretas as formas dos verbos <b>intervir</b>, <b>propor</b> e <b>obter</b> empregadas na frase:</p> <p>(A) Se obtessem tudo o que propuseram, não seria preciso que a polícia tivesse intervindo.</p> <p>(B) Se a polícia não interviesse, eles teriam obtido tudo o que proporam.</p> <p>(C) No caso de a polícia intervir, eles não obterão tudo o que propuseram.</p> <p>(D) Eles só obtiveram o que propuseram porque a polícia não interviu.</p> <p>(E) O fato de a polícia ter intervindo evitou que obtessem o que antes propuseram.</p>	<p>19. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) O processo correrá às expensas do denunciante, a menos que a isto se oponha a autoridade do Ministro, de cuja decisão nenhuma parte poderá vir a recorrer.</p> <p>(B) Em meio as atribuições do processo, uma das testemunhas recusou-se a comparecer a sessão, alegando à autoridade judicial, num simples bilhete à lápis, que estava acamada.</p> <p>(C) À despeito de haver provas contundentes, o juiz decidiu inocentar àquela velha senhora, a quem não falta malícia: viram quando se pôs à soluçar?</p> <p>(D) Sem advogado, o rapaz ficou à deriva, enquanto o juiz designava como sua defensora à jovem bacharel, que ainda não se submetera à uma prova de fogo, como aquela.</p> <p>(E) Ele ficou à distância, em meio as profundas hesitações que a ausência da testemunha lhe provocou: se ela não chegasse, poderia ele aspirar à que fosse adiada a sessão?</p>
<p>17. <i>Somente no caso de preenchimento deste formulário dá-se garantias do bom funcionamento do aparelho.</i></p> <p>A frase em que se corrigem a má redação e a falta de clareza da advertência acima é:</p> <p>(A) Somente no caso de se preencher este formulário garante-se o bom funcionamento do aparelho.</p> <p>(B) As garantias deste aparelho só se dão no caso de que preencham este formulário.</p> <p>(C) A validade deste termo de garantia do aparelho só se dará no caso de ser preenchida.</p> <p>(D) Este termo de garantia do aparelho só terá validade quando devidamente preenchido.</p> <p>(E) A garantia deste aparelho só terá validade caso seu termo for devidamente preenchido.</p>	<p>20. Está adequado o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Salvo melhor juízo, é indiscutível que partilhamos do mesmo julgamento: teus argumentos vêm <u>de encontro</u> aos meus.</p> <p>(B) A menos que você <u>retifique</u> seu voto, passando a acompanhar-nos em nossa decisão, não haverá como mantê-lo em nosso partido.</p> <p>(C) Em vista da notoriedade de seu mau caráter, ninguém se surpreendeu quando <u>assumiu</u> a responsabilidade pela trapaça que havia feito.</p> <p>(D) Ele se mostra <u>transigente</u> apenas nos casos em que não lhe convém arredar pé da posição que esteja defendendo com o habitual denodo.</p> <p>(E) A unanimidade na aprovação só foi alcançada porque a bancada de oposição reviu seu voto, <u>ratificando</u> a decisão do líder, renitente adversário do projeto.</p>

<p>21. O principal componente da placa-mãe de um microcomputador é denominado</p> <p>(A) BIOS.</p> <p>(B) processador.</p> <p>(C) <i>clock</i>.</p> <p>(D) <i>chipset</i>.</p> <p>(E) <i>cache</i>.</p>	<p>26. No Windows, as teclas CTRL, ALT ou SHIFT podem ser mantidas ativadas (até que se pressione outra tecla) por meio das teclas de</p> <p>(A) filtragem.</p> <p>(B) alternância.</p> <p>(C) aderência.</p> <p>(D) atalho.</p> <p>(E) travamento.</p>
<p>22. O equipamento capaz de detectar e, se necessário, desconectar da rede as estações com problemas denomina-se</p> <p>(A) <i>switch</i>.</p> <p>(B) roteador.</p> <p>(C) <i>gateway</i>.</p> <p>(D) <i>backbone</i>.</p> <p>(E) <i>hub</i> inteligente.</p>	<p>27. No Word, NÃO é permitido</p> <p>(A) dividir células na horizontal.</p> <p>(B) dividir células na vertical.</p> <p>(C) mesclar células na vertical.</p> <p>(D) dividir tabelas na horizontal.</p> <p>(E) dividir tabelas na vertical.</p>
<p>23. A tecnologia da Microsoft que fornece conteúdo interativo nas páginas da <i>Web</i> denomina-se</p> <p>(A) <i>ActiveX</i>.</p> <p>(B) <i>Active Desktop</i>.</p> <p>(C) <i>Hyperlink</i>.</p> <p>(D) ASP - Active Server Pages.</p> <p>(E) IIS - Internet Information Services.</p>	<p>28. A utilização de páginas na orientação retrato e paisagem no mesmo documento Word é possível com</p> <p>(A) layout diferente na primeira página.</p> <p>(B) layout diferente entre as páginas pares e ímpares.</p> <p>(C) quebra de página inserida.</p> <p>(D) quebra de sessão inserida.</p> <p>(E) quebra de coluna inserida.</p>
<p>24. Um banco de dados organizado em estruturas lógicas dimensionais cujas informações são voltadas para o processo decisório e para áreas específicas denomina-se</p> <p>(A) <i>data warehouse</i>.</p> <p>(B) <i>data mining</i>.</p> <p>(C) <i>data mart</i>.</p> <p>(D) <i>business intelligence</i>.</p> <p>(E) <i>competitive intelligence</i>.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões 29 e 30 referem-se à planilha de Excel.</p> <p>29. As células A1 e A2 selecionadas contêm, respectivamente, os valores 1 e 2. Após arrastá-las pela alça de preenchimento até a célula E2, esta célula será preenchida com</p> <p>(A) 2.</p> <p>(B) 3.</p> <p>(C) 4.</p> <p>(D) 5.</p> <p>(E) 6.</p>
<p>25. A nova tecnologia denominada <i>Bluetooth</i> utiliza um padrão de redes sem fio que</p> <p>(A) transmite informações via celular.</p> <p>(B) opera com equipamentos à curta distância.</p> <p>(C) opera com equipamentos à longa distância.</p> <p>(D) transmite informações via Internet de banda larga.</p> <p>(E) implementa conexão de banda larga para Intranet.</p>	<p>30. Dadas as células B1=5, C1=4, D1=3, E1=2 e F1=1, o resultado da fórmula =B1+C1*D1-E1/F1, na célula A1, será</p> <p>(A) 9.</p> <p>(B) 15.</p> <p>(C) 21.</p> <p>(D) 25.</p> <p>(E) 54.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>31. No que diz respeito à discricionariedade, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não há um ato inteiramente discricionário, dado que todo ato administrativo está vinculado à lei, pelo menos no que respeite ao fim e à competência.</p> <p>(B) está presente o juízo subjetivo do administrador quando da escolha da conveniência e da oportunidade.</p> <p>(C) a oportunidade e a conveniência do ato administrativo compõem o binômio denominado pela doutrina de mérito.</p> <p>(D) mérito é a indagação da oportunidade e da conveniência do ato administrativo, representando a sede de poder discricionário.</p> <p>(E) o Poder Judiciário pode examinar o ato discricionário, inclusive apreciando os aspectos de conveniência e oportunidade.</p>	<p>34. Considere as espécies de ato administrativo:</p> <p>I. O Prefeito Municipal confere licença ou autorização para construção de um prédio comercial.</p> <p>II. O Secretário de Segurança Pública edita ato proibindo a venda de bebida alcoólica durante as eleições para mandatos políticos.</p> <p>III. O presidente do Banco Central expede orientação sobre o programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste.</p> <p>Esses atos referem-se, respectivamente,</p> <p>(A) ao alvará, à resolução e à circular.</p> <p>(B) à resolução, à circular e à instrução.</p> <p>(C) ao alvará, à instrução e ao aviso.</p> <p>(D) à ordem de serviço, à portaria e à resolução.</p> <p>(E) ao alvará, ao aviso e à portaria.</p>
<p>32. Considere o que segue:</p> <p>I. A imposição ao administrador público de uma ação planejada e transparente, com o fito de prevenir riscos e corrigir desvios suscetíveis de afetar o equilíbrio das contas públicas.</p> <p>II. Os atos praticados pela Administração Pública devem ser abstratamente genéricos e isonômicos, sem consagrar privilégios ou situações restritivas injustificadas.</p> <p>III. A autolimitação do Estado em face dos direitos subjetivos e a vinculação de toda atividade administrativa à lei, como medida de exercício do poder.</p> <p>Tais disposições dizem respeito, respectivamente, aos princípios da</p> <p>(A) publicidade, legalidade e moralidade.</p> <p>(B) eficiência, impessoalidade e legalidade.</p> <p>(C) impessoalidade, publicidade e legalidade.</p> <p>(D) legalidade, eficiência e impessoalidade.</p> <p>(E) moralidade, impessoalidade e eficiência.</p>	<p>35. Em relação ao ato administrativo,</p> <p>I. sua revogação funda-se na ilegalidade do ato e pode ser total ou parcial.</p> <p>II. a anulação funda-se em razões de oportunidade e conveniência e decorre do processo judicial.</p> <p>III. sua revogação é ato da própria Administração.</p> <p>IV. a anulação pode ser ato da própria Administração ou deriva de decisão judicial.</p> <p>V. a revogação gera efeito <i>ex nunc</i>, enquanto que anulação produz efeito <i>ex tunc</i>.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>33. Um dos efeitos decorrente da presunção de veracidade do ato administrativo é o de que</p> <p>(A) haverá imposição a terceiros em determinados atos, independentemente de sua concordância ou aquiescência.</p> <p>(B) não há a inversão absoluta ou relativa do ônus da prova, cabendo à Administração Pública demonstrar sua legitimidade.</p> <p>(C) o Judiciário poderá apreciar <i>ex officio</i> a validade do ato, tendo em vista o interesse público relevante.</p> <p>(D) ele (ato) produzirá efeitos da mesma forma que o ato válido, enquanto não decretada sua invalidade pela própria Administração ou pelo Judiciário.</p> <p>(E) o destinatário será impelido à obediência das obrigações por ele (ato) impostas, sem necessidade de qualquer outro apoio.</p>	<p>36. No que tange à vinculação, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato vinculado, por ser decorrente do poder, não está sujeito a qualquer controle.</p> <p>(B) a Administração pode negar o benefício, ainda que implementada a condição legal.</p> <p>(C) o particular, preenchidos os requisitos, tem o direito subjetivo de exigir a edição do ato.</p> <p>(D) é prerrogativa do Poder Executivo e seus órgãos, não tendo aplicabilidade aos demais poderes.</p> <p>(E) ela se confunde com a discricionariedade do ato administrativo, sendo irrelevante a distinção.</p>

<p>37. "X", Secretário Municipal de Habitação, adotou as providências necessárias para a venda de lotes no Município, adquirindo um deles, contíguo ao seu, na mesma oportunidade, beneficiando-se da valorização decorrente da agregação de área. O ato foi justificado com a singela menção de um dispositivo legal e a expressão "notória urgência".</p> <p>Nesse caso,</p> <p>(A) o interesse público sobrepõe-se ao particular em razão da valorização da área e a motivação é suficiente.</p> <p>(B) o interesse particular sobrepõe-se ao interesse público e apresenta falta de motivação, ocorrendo desvio de finalidade.</p> <p>(C) o Secretário Municipal não agiu com desvio de finalidade ou de poder, porque era competente para a prática do ato.</p> <p>(D) o interesse particular confunde-se com o interesse público em razão da "notória urgência" para o interesse municipal.</p> <p>(E) o ato é legal porque o Secretário era competente, estava presente a adequação do ato ao seu fim legal e o objeto era possível.</p>	<p>40. Na licitação objetivando a construção de dependência para a instalação de Junta de Conciliação e Julgamento, as empresas "A", "B" e "C" participarão em consórcio. Nesse caso, dentre outras normas, dever-se-á observar</p> <p>(A) a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados.</p> <p>(B) que a responsabilidade será exclusiva da empresa a que coube a liderança pelos atos praticados em consórcio, na fase de licitação.</p> <p>(C) a possibilidade de participação da empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.</p> <p>(D) que, no consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança será exercida por livre escolha, inclusive por uma empresa estrangeira.</p> <p>(E) que a liderança será exercida pela empresa que possuir maior tempo de funcionamento e valor patrimonial.</p>
<p>38. "Y", servidor público do Tribunal Regional do Trabalho foi designado para substituir "Z", que está regularmente afastado de sua função de dirigente de unidade. Nesse caso, "Y"</p> <p>(A) assume isolada ou cumulativamente, com ou sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", e com a remuneração acrescida de vinte por cento.</p> <p>(B) não poderá assumir o exercício do cargo de "Z", porque essa unidade administrativa está organizada em nível de assessoria.</p> <p>(C) deve assumir isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(D) assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(E) pode assumir o exercício isolado do cargo de "Z", porque a unidade está organizada em nível de assessoria, mas sua remuneração original não pode ser alterada.</p>	<p>41. Temístocles, alegando motivos relacionados com sua convicção política, negou-se a prestar o serviço militar e, alegando as mesmas convicções, recusou-se a cumprir obrigação alternativa. Nesse caso, Temístocles</p> <p>(A) está correto em seu procedimento, visto que ninguém pode ser obrigado a fazer alguma coisa senão em virtude de lei.</p> <p>(B) alegou legítima escusa de consciência, uma vez que sua convicção política é contrária à prestação de qualquer serviço ao Estado.</p> <p>(C) perderá seus direitos políticos e, sendo a perda definitiva, não mais poderá recuperá-los.</p> <p>(D) terá seus direitos políticos suspensos e essa situação perdurará até que cumpra a obrigação alternativa.</p> <p>(E) não tem direito à escusa de consciência porque o serviço militar é obrigação imposta a todos os brasileiros.</p>
<p>39. O servidor público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à passagens e</p> <p>(A) indenização de serviço extraordinário.</p> <p>(B) ajuda de custo.</p> <p>(C) diárias.</p> <p>(D) indenização especial.</p> <p>(E) gratificação de moradia.</p>	<p>42. A Constituição Federal estabeleceu que "não haverá juízo ou tribunal de exceção". Analisando esse preceito, pode-se dizer que</p> <p>(A) não é possível, para dirimir conflitos fundiários, a designação, pelos Tribunais de Justiça, de juízes com competência exclusiva para questões agrárias.</p> <p>(B) o Tribunal do Júri, a partir da atual Constituição, acha-se em situação de duvidosa constitucionalidade, em virtude de os jurados não serem juízes togados.</p> <p>(C) aí está o princípio do juiz natural, segundo o qual somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais anteriormente previstos na Constituição têm o poder de julgar.</p> <p>(D) as Justiças Militares são uma excrescência, representando sua existência uma flagrante inconstitucionalidade, por se tratar, por excelência, de um tribunal de exceção.</p> <p>(E) a Constituição Federal não aceita mais as justiças especializadas contempladas pelas leis de organização judiciária, visto que elas se enquadram na proibição de juízos de exceção.</p>



<p>43. Quanto aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, pode-se afirmar que têm os mesmos direitos:</p> <p>(A) servidores públicos e trabalhadores rurais.</p> <p>(B) trabalhadores urbanos e servidores públicos.</p> <p>(C) trabalhadores rurais e trabalhadores domésticos.</p> <p>(D) trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais.</p> <p>(E) trabalhadores domésticos e trabalhadores urbanos.</p>	<p>47. O Congresso Nacional rejeitou projeto de emenda constitucional modificando a idade para aposentadoria compulsória. Nesse caso,</p> <p>(A) nova proposta sobre essa matéria ficará sujeita, se aprovada a emenda, à apreciação obrigatória em referendo popular.</p> <p>(B) requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional permitirá a apreciação dessa matéria na mesma sessão legislativa.</p> <p>(C) fica impedida, por dez anos, a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.</p> <p>(D) só a autorização prévia em plebiscito permitirá a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.</p> <p>(E) essa matéria não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p>
<p>44. A Constituição Federal reconhece as línguas dos índios (art. 231, <i>caput</i>) e assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas (art. 210, § 2º). De outra parte, afirma que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. Assim,</p> <p>(A) só a língua portuguesa é oficial e as línguas indígenas podem ser usadas privadamente, mas, por exemplo, não pode haver educação nessas línguas.</p> <p>(B) a língua oficial do país é o português, mas, nas comunidades indígenas, a língua materna tupi-guarani também é oficial, ao lado daquela.</p> <p>(C) cada comunidade indígena tem sua língua como oficial ao lado da língua portuguesa, que é a única oficial nacional.</p> <p>(D) temos tantas línguas oficiais quantas são as línguas indígenas, além da oficial língua portuguesa, todas utilizáveis no território nacional.</p> <p>(E) temos uma única língua oficial e, nas comunidades indígenas, as línguas maternas também são reconhecidas e podem ser utilizadas, mas a oficial é a língua portuguesa.</p>	<p>48. Além de substituir o Presidente, no caso de impedimento, e de sucedê-lo, no caso de vacância, o Vice-Presidente da República</p> <p>(A) será o Presidente nato do Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos de soberania nacional.</p> <p>(B) será o Presidente nato do Conselho da República, órgão superior de consulta do Presidente da República.</p> <p>(C) auxiliará o Presidente, sempre que por ele for convocado para missões especiais.</p> <p>(D) continuará, se o quiser, no exercício de mandato parlamentar, se, ao ser eleito, era Senador com mandato ainda por cumprir.</p> <p>(E) ficará impedido de exercer qualquer cargo durante o mandato, mas não dependerá de autorização do Congresso Nacional para ausentar-se do país por qualquer período.</p>
<p>45. Os recursos naturais da plataforma continental são bens que pertencem</p> <p>(A) à União Federal e ao Estado de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(B) ao Estado de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(C) ao Município de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(D) à União Federal.</p> <p>(E) ao Estado e ao Município de cujo território é prolongamento natural.</p>	<p>49. O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponde a uma percentagem do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Essa percentagem é de</p> <p>(A) 95%</p> <p>(B) 93%</p> <p>(C) 90,25%</p> <p>(D) 87,5%</p> <p>(E) 85,25%</p>
<p>46. A apreciação do ato de concessão de uma emissora de televisão é matéria da competência</p> <p>(A) do Presidente da República, que decidirá por decreto sobre o ato concessivo do Senado Federal.</p> <p>(B) exclusiva do Congresso Nacional, sem sanção do Presidente da República.</p> <p>(C) do Senado Federal, que baixará resolução a respeito, depois de aprovação pela Comissão de Comunicações.</p> <p>(D) privativa do Supremo Tribunal Federal, que julgará a regularidade do ato concessivo.</p> <p>(E) da Câmara dos Deputados, a Casa do Povo, que avaliará, por resolução, a regularidade do ato concessivo.</p>	<p>50. O Ministério Público goza de inúmeras garantias e prerrogativas em razão de suas altas funções de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Uma dessas garantias é aquela segundo a qual o Procurador Geral da República só pode ser destituído por iniciativa do Presidente da República, que deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta</p> <p>(A) do Congresso Nacional.</p> <p>(B) do Senado Federal.</p> <p>(C) da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) do Colégio de Procuradores da República.</p>

<p>51. Considere as afirmativas:</p> <p>I. A ajuda de custo, paga a título de ressarcimento de despesas feitas pelo empregado, integra o salário quando excede a 50% do valor deste.</p> <p>II. As gorjetas integram o salário do empregado apenas e tão-somente quando cobradas compulsoriamente na fatura ou nota apresentada ao cliente.</p> <p>III. As diárias para viagem pagas ao empregado integram o salário quando excederem de 50% do valor deste.</p> <p>IV. Os vestuários fornecidos pelo empregador e utilizados para a prestação de serviços integram a remuneração.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>54. Ocorrendo a sucessão de empregadores,</p> <p>(A) não há transferência de responsabilidade do sucedido para o sucessor, ainda que haja mudança na estrutura jurídica da empresa.</p> <p>(B) subsistem os direitos trabalhistas adquiridos pelos empregados, tendo em vista que a sucessão, por si só, não afeta os respectivos contratos de trabalho.</p> <p>(C) os contratos de trabalho são atingidos, uma vez que a sucessão representa alteração na propriedade da empresa.</p> <p>(D) o novo empregador não assume as obrigações trabalhistas contraídas por seu antecessor, por serem anteriores à sua gestão na empresa.</p> <p>(E) é válido o acordo entre o sucessor e o sucedido, atribuindo a este as obrigações trabalhistas.</p>
<p>52. Um temporal muito forte provocou o destelhamento de uma empresa e houve interrupção do trabalho. Pretendendo prorrogar a jornada com o objetivo de recuperar o atraso na produção, a empresa deverá observar as seguintes condições:</p> <p>(A) jornada máxima de 10 horas pelo período de 30 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(B) jornada máxima de 10 horas pelo período de 45 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(C) jornada máxima de 12 horas pelo período de 90 dias, desde que competentemente autorizada.</p> <p>(D) jornada máxima de 12 horas pelo período de 45 dias, não havendo necessidade de autorização prévia da autoridade competente.</p> <p>(E) jornada máxima de 10 horas pelo período de 45 dias, desde que previamente autorizada pela autoridade competente.</p>	<p>55. Em relação ao aviso prévio, é correto afirmar que</p> <p>(A) não é retratável, por romper o contrato de trabalho.</p> <p>(B) é retratável, independentemente da vontade da outra parte.</p> <p>(C) as faltas do empregado não serão descontadas durante o cumprimento do aviso prévio.</p> <p>(D) é indevido, no caso de dispensa indireta.</p> <p>(E) sua reconsideração é possível, mas condiciona-se à vontade da outra parte.</p>
<p>53. Pela retenção de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social por período superior a 48 horas e posterior devolução sem as devidas anotações, um empregado apresentou reclamação perante a Delegacia Regional do Trabalho, que convocou a empresa a prestar esclarecimentos ou efetuar as anotações, ocasião na qual esta negou a existência de relação de emprego. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o processo será encaminhado à Justiça do Trabalho que, depois de tentativa de acordo, prosseguirá com a instrução e posterior julgamento.</p> <p>(B) a DRT prosseguirá com a lavratura do auto de infração e fará as devidas anotações.</p> <p>(C) o processo administrativo será arquivado, mas o empregado poderá requerer indenização por danos morais.</p> <p>(D) o Ministério Público do Trabalho será chamado a intervir.</p> <p>(E) o processo administrativo será arquivado e o empregado poderá, se quiser, ajuizar reclamação trabalhista para reconhecimento do vínculo.</p>	<p>56. Há suspensão do contrato de trabalho na hipótese de afastamento do empregado em virtude de</p> <p>(A) aposentadoria por invalidez.</p> <p>(B) licença por motivo de casamento.</p> <p>(C) licença paternidade.</p> <p>(D) licença por motivo de luto.</p> <p>(E) realização de exame vestibular.</p> <p>57. O <i>factum principis</i> ocorre quando há</p> <p>(A) falência da empresa.</p> <p>(B) extinção da empresa.</p> <p>(C) extinção da empresa por motivo de força maior.</p> <p>(D) paralisação temporária do trabalho por motivo de força maior.</p> <p>(E) paralisação temporária ou definitiva do trabalho por intervenção do Estado.</p>

<p>58. São consideradas de sobreaviso as horas</p> <p>(A) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador dentro das dependências da empresa, remuneradas com 50% de acréscimo sobre o salário normal.</p> <p>(B) em que o empregado permanece à disposição do empregador em horário de trabalho, porém aguardando ordens, não se integram ao salário nem possuem qualquer acréscimo.</p> <p>(C) extras, acrescidas do adicional normativo.</p> <p>(D) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador além de seu horário normal de trabalho, aguardando ordens, remuneradas à razão de 1/3 do salário normal.</p> <p>(E) necessárias ao deslocamento até o local de trabalho e vice-versa e que integram a jornada de trabalho.</p>	<p>62. Em relação às Comissões de Conciliação Prévia, a Lei nº 9.958/2000 estabelece que</p> <p>(A) as empresas e os sindicatos podem instituir a Comissão, de composição paritária, compostas de representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de proceder à arbitragem dos conflitos individuais de trabalho.</p> <p>(B) a Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas no estatuto do sindicato.</p> <p>(C) a Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 10 membros.</p> <p>(D) é vedada a dispensa dos membros da Comissão, titulares e suplentes, até o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.</p> <p>(E) as Comissões têm o prazo de 48 horas para a realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.</p>
<p>59. Com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é correto afirmar que</p> <p>(A) a conta vinculada do trabalhador pode ser movimentada após cinco anos ininterruptos sem créditos.</p> <p>(B) o empregador deverá pagar ao empregado, na rescisão do contrato de trabalho por força maior e por culpa recíproca, multa indenizatória de 20% sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada do FGTS.</p> <p>(C) a conta vinculada do trabalhador temporário não pode ser movimentada por ocasião da extinção normal do contrato de trabalho a termo.</p> <p>(D) o regime do FGTS pode ser estendido, por iniciativa da empresa, aos diretores não empregados.</p> <p>(E) o empregado que se aposenta e continua a prestar serviços à mesma empresa não pode movimentar a conta vinculada do FGTS.</p>	<p>63. Um reclamante ajuizou ação trabalhista postulando o reconhecimento do vínculo de emprego e consectários. No juízo de primeiro grau, o pedido foi julgado improcedente. Interposto recurso ordinário, o vínculo foi declarado no segundo grau e os autos foram devolvidos à Vara de origem para julgamento dos demais pedidos. Proferida a sentença, recorre a reclamada. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o Tribunal poderá examinar novamente o pedido de vínculo e até mesmo rejeitá-lo, tendo em vista que o recurso devolve toda a matéria à instância superior.</p> <p>(B) o Tribunal poderá examinar novamente o pedido de vínculo e até mesmo rejeitá-lo, tendo em vista o princípio do devido processo legal.</p> <p>(C) somente se discutirá a matéria relativa ao vínculo se expressamente prequestionada.</p> <p>(D) somente se discutirá a matéria relativa ao vínculo se ficar demonstrada a divergência jurisprudencial dentro do mesmo Tribunal.</p> <p>(E) a matéria relativa ao vínculo de emprego não poderá ser discutida novamente pelo Tribunal.</p>
<p>60. As novas normas trabalhistas, a partir do momento de sua promulgação, por serem de aplicação imediata,</p> <p>(A) atingem os contratos em curso.</p> <p>(B) não atingem os contratos em curso.</p> <p>(C) são sempre retroativas.</p> <p>(D) não garantem o direito adquirido.</p> <p>(E) sujeitam-se à vontade das partes contratantes.</p>	<p>64. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Na liquidação, não é possível modificar ou inovar a sentença nem discutir matéria pertinente à causa principal.</p> <p>II. A execução da sentença pode ser promovida <i>ex officio</i> pelo Juiz.</p> <p>III. A iniciativa para promover a execução da sentença é exclusiva das partes.</p> <p>IV. Garantida a execução, terá o executado o prazo de 8 dias para apresentar embargos.</p>
<p>61. O trabalho em regime de tempo parcial pressupõe jornada de até</p> <p>(A) 4 horas diárias e proibição da realização de horas extras.</p> <p>(B) 4 horas diárias e realização de horas extras somente se houver previsão em norma coletiva.</p> <p>(C) 20 horas semanais e realização de horas extras somente se houver previsão em norma coletiva.</p> <p>(D) 25 horas semanais e proibição de horas extras.</p> <p>(E) 30 horas semanais e proibição de horas extras.</p>	<p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>

<p>65. No processo do trabalho, a compensação</p> <p>(A) pode ser feita entre parcelas decorrentes de títulos diferentes.</p> <p>(B) não pode ser aplicada, tendo em vista a natureza alimentar dos salários.</p> <p>(C) só pode ser alegada como matéria de defesa.</p> <p>(D) só pode ser alegada enquanto não for proferida a sentença.</p> <p>(E) pode ser alegada na fase de liquidação da sentença.</p>	
<p>66. Um reclamante ajuíza ação trabalhista pretendendo o pagamento de horas extras. Em defesa, a reclamada reconhece a jornada declinada pelo autor, juntando aos autos prova da existência de regular acordo escrito prevendo a prorrogação de jornada, em decorrência da supressão do trabalho aos sábados. Nesse caso, a ré opôs fato</p> <p>(A) extintivo do direito do autor.</p> <p>(B) impeditivo do direito do autor.</p> <p>(C) modificativo do direito do autor.</p> <p>(D) que contém prova negativa.</p> <p>(E) que contém prova emprestada.</p>	
<p>67. Com relação aos atos processuais, é correto afirmar que</p> <p>(A) realizam-se em dias úteis até às 18 horas.</p> <p>(B) as certidões dos processos trabalhistas sempre dependem de despacho do juiz.</p> <p>(C) as audiências não podem ultrapassar o período de seis horas consecutivas, salvo quando houver matéria urgente.</p> <p>(D) a reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.</p> <p>(E) apenas em casos excepcionais e mediante autorização expressa do juiz, a penhora pode ser realizada até às 20 horas.</p>	
<p>68. No procedimento sumaríssimo, os prazos para solução do processo, manifestação sobre o laudo pericial e apresentação de razões finais são, respectivamente, de</p> <p>(A) 15 dias, 5 dias comuns, não há razões finais.</p> <p>(B) 15 dias, 5 dias para cada parte, 10 minutos.</p> <p>(C) 20 dias, a critério do Juiz, 15 minutos.</p> <p>(D) 20 dias, a critério do Juiz, não há razões finais.</p> <p>(E) 30 dias, 5 dias comuns, 20 minutos.</p>	
<p>69. A sentença <i>ultra petita</i> é</p> <p>(A) integralmente nula.</p> <p>(B) parcialmente nula.</p> <p>(C) inexistente.</p> <p>(D) válida.</p> <p>(E) destituída de fundamentação.</p>	
<p>70. A revisão das decisões que fixarem condições de trabalho poderá ser pleiteada após</p> <p>(A) um ano de sua vigência.</p> <p>(B) seis meses de sua vigência.</p> <p>(C) dezoito meses de sua vigência.</p> <p>(D) vinte meses de sua vigência.</p> <p>(E) dois anos de sua vigência.</p>	